

PANDEMIA E DESIGUALDADE SOCIAL

Raymundo Pinto

Há muito tempo sabe-se que nosso país figura entre os ocupantes dos primeiros lugares em termos de desigualdade social. Confirmando essa vergonhosa posição, o respeitável PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no ano passado e com dados estatísticos confiáveis, proclamou que o Brasil é o 7º (sétimo) entre as nações mais desiguais do mundo. Piores do que nós somente alguns países muito atrasados da África. Aqui, os 10% mais ricos da população concentram 41,9% da renda total e – pasmem! – apenas 1% concentra 29% dessa mesma renda. A FGV – Fundação Getúlio Vargas divulgou que, entre 2014 e 2018, a população mais pobre cresceu, alcançando 67% do total. Tal situação reflete com maior peso na região Nordeste, onde, se não fosse o salário-família e a aposentadoria dos velinhos, a miséria seria bem pior. A eleição presidencial, realizada no final do período assinalado, despertou a esperança de que o novo governo atacaria, com soluções viáveis, os terríveis problemas econômicos.

O supremo mandatário eleito não correspondeu ao que se esperava dele. Mesmo revelando, em atos sucessivos, notório desequilíbrio, falta de compostura, entre outros defeitos, deu-se a ele um crédito de confiança por ter escolhido Paulo Guerra para o Ministério da Economia, um técnico reconhecido por seus conhecimentos na área. O PIB – Produto Interno Bruto de 2019 foi só de 1,1% (chamado “pibinho”), quando se aguardava um índice maior. Relevou-se o baixo percentual, sob a justificativa que era o primeiro ano do novo governo, período no qual se toma pé da situação e são elaborados os principais planos. Ao mesmo tempo, conseguiu-se a aprovação da Reforma da Previdência Social e foram prometidas outras grandes reformas básicas.

Bastou começar o corrente ano e um inesperado terremoto caiu sobre o mundo todo, na forma de uma pandemia causada pela covid-19, trazendo para o nosso país não só uma séria crise no campo da saúde, mas também incontroláveis efeitos na economia. Estávamos lamentando mais de doze milhões de desempregados, mas tudo piorou numa escala nunca vista. Seguiram-se fatos assustadores. O inevitável isolamento social, salvo algumas exceções, forçou o fechamento de micro, pequenos, médios e grandes negócios. O desemprego tende a aumentar, sendo que o sacrifício se estende a humildes prestadores de serviços, entre milhões de outros trabalhadores informais. A ajuda de R\$ 600,00 (R\$ 1.200,00 para mulher com filhos) por três meses é apenas um paliativo. Uma tristeza ver as filas enormes em frente às agências da Caixa Econômica, um retrato visível da elevada quantidade de pobres e miseráveis entre nós.

A mídia nos informa que vários países já conseguiram ultrapassar o índice máximo da crise, entrando em curva descendente o número dos atingidos pelo vírus. O Brasil, ao contrário, nem sabe quando vai alcançar o chamado pico e vê crescer, de modo assustador, a quantidade de contaminados e mortos. É preciso torcer que essa gravíssima crise, que evidencia o horror da desigualdade social, abra nossos olhos para as possíveis soluções posteriores a fim de sanar – ou ao menos reduzir – tal problema. Os especialistas já produziram muitos estudos nesse sentido, faltando vê-los aplicados na prática.

Encerrada a pandemia – que ninguém sabe quando será – urge atacar, com vigor e muita disposição, sobretudo unindo povo e governantes, a recuperação da destruída

economia, no seu aspecto mais gritante: a desigualdade social. Existe uma quase unanimidade em entender que, para tanto, são necessárias algumas providências básicas, a exemplo de: a) uma verdadeira revolução na parte da educação, em quantidade e qualidade; b) efetivar certas reformas essenciais, como a administrativa e tributária, nesta segunda promover mais equilíbrio na arrecadação, inclusive aumentando o peso dos impostos sobre bancos, grandes fortunas e os que enriquecem apenas especulando nas bolsas de valores; c) o poder público deve investir, fortemente, em inadiáveis obras de infraestrutura como as de saneamento; d) oportunizar crédito fácil e a juros baixos para empresas de qualquer porte e empreendedores individuais; e) proporcionar o incremento da renda dos trabalhadores e regulamentar, com justiça, as relações patrões x empregados; e) combater, sem tréguas, a corrupção. Ouso acrescentar que, diante da multidão de pobres e miseráveis acotovelados em péssimas condições de moradia nas periferias e favelas de muitas cidades, é preciso enfrentar a resistência de credos religiosos e de políticos demagogos, implantando uma séria campanha de **controle da natalidade**, que seria, a princípio, uma tentativa de convencimento – nesse ponto, o cientista brasileiro Eusimar Coutinho (parabéns pelos 90 anos), com seu CEPARH, tem diretrizes prontas – ou, no caso de fracasso dos meios persuasivos, a Nação deveria ter a coragem de aprovar leis, com regras claras, de controle compulsório.